

Soberania Limitada, Modelo Nacional do Século 21?¹

Lydia M. Garner*

Reprodução de matéria publicada no Caderno de Estudos Estratégicos (nº3, Especial, março de 1996), órgão de divulgação do CEBRES – Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos.

Um dos temas neste fim de século, na área de estudos internacionais, é distinguir a Nova Ordem Mundial que irá substituir aquela que desapareceu com a queda da União Soviética. Para alguns estudiosos, o mundo está num período de transição e caminhando em direção a um sistema político e econômico mundial, baseado nos valores universais dos países da Europa Ocidental e dos EUA.

Uma observação curiosa da cena mundial indica a

existência de várias forças que põem em perigo a balança política, militar e econômica dos países desenvolvidos, os quais têm o maior interesse em preservar a harmonia política entre si, a hegemonia militar e o bem-estar econômico que alcançaram desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Dentre essas, observa-se a força de desintegração política caracterizada por conflitos étnicos e religiosos, massas de refugiados e nacionalismo.² Outra é o bai-

xo crescimento econômico nos sete países industrializados – Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Inglaterra e EUA – e o alto nível de desemprego,³ seguido pela eliminação de empregos causados pelo avanço implacável da tecnologia, que está canibalizando mão-de-obra remunerada em todas as áreas das economias capitalistas européias e criando a pior crise de desemprego desde a Depressão Mundial de 1930. Essa crise está afetando tanto os países industrializados como os em desenvolvimento, com 1 em cada 3 indivíduos no globo, ou desempregado, ou não ganhando o suficiente para prover um nível de vida

* Professora Ph.D. da Southwest Texas State University.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

² Paul Kennedy, "True Leadership for the Next Millennium". The New York Times, 3 janeiro 1991, p. E11.

³ Na Europa Ocidental, o nível de desemprego é 10,9% da força de trabalho; nos EUA, 8,6 milhões.

mínimo.⁴ Esse empobrecimento consistente de aproximadamente 2/3 do mundo (incluindo várias regiões da África, Oriente Médio e América Latina) tende a ser exacerbado com as projeções alarmantes de crescimento demográfico nas próximas décadas.⁵ E uma terceira força é o começo da contestação da supremacia militar dos países industrializados. Cada uma dessas forças tem a capacidade de causar instabilidade, de repercutir grandemente nas economias e nas doutrinas geopolíticas dos países industrializados, de instituir o caos, enfim, de pôr em perigo a balança de poder dos países industrializados.

Em consequência, alguns saudosistas já defendem o argumento de que o fim do colonialismo foi um erro, semelhante ao que ocorreu com a queda do Império Romano, que foi uma catás-

trofe para o Oeste, e advogam o retorno das esferas de influência e, até mesmo, de colonialismo sob a égide das Nações Unidas ou outras entidades regionais, em países em processo de desintegração, os quais se beneficiariam de um *status* semicolonial segundo o qual o "mundo civilizado" tem a missão moral de "ir a esses lugares desesperados e governar". De acordo com esse argumento, as últimas duas décadas ensinaram que a sobrevivência do sistema internacional de lei depende do "poder de países *chaves* que podem agir".⁶

Obviamente, uma Nova Ordem Mundial não é articulada num vácuo mas, em parte, é o produto de reações a realidades políticas e econômicas, com medidas que são vagarosamente articuladas e que vagarosamente se solidificam. Algumas dessas medidas já são discerníveis

no cenário mundial e, imperceptivelmente, uma nova ordem mundial está começando a ser delineada.

Essa projetada Nova Ordem Mundial é baseada no conceito de soberania supranacional articulada pelos EUA, que reflete a "visão universal de democracia e capitalismo industrial" e o de soberania limitada dos países em desenvolvimento nas áreas que põem em perigo a hegemonia dos países industrializados.⁷

Analisemos algumas das áreas afetadas por esse conceito de soberania supranacional.

Um dos documentos que articulam essa nova direção da política mundial é aquele preparado pelo Departamento de Defesa dos EUA, em 1992, que prevê um cenário mundial dominado somente por uma superpotência, os EUA, a qual impede o aparecimento de rivais na Europa, Ásia, ou nos territórios da antiga União Soviética, e cuja posição pode ser perpetuada através de comportamento construtivo e poder militar, um conceito descrito como "dominação benevolente". Nesse cenário, as guerras generalizadas não existem; áreas de conflitos regionais sofrem ação

⁴ Sally Jacobsen, "Down and Out in Europe", *Austin American-Statesman*, 13 março 1991, pp. H1, H10; Bob Deans "Painful Period of Adjustment Lies Ahead for Several 67 Nations", *Austin American-Statesman*, 13 março 1991, p. H10.

⁵ Chris Hedges, "Islam Bent into Ideology: Vengeful Vision of Hope", *The New York Times*, 23 outubro 1991.

⁶ Paul Johnson, "Colonialism's Back-and Not a Moment Too Soon", *The New York Times Magazine*, 18 Abril 1993, pp. 22, 43-44; Charles William Maynes, "Realpolitik for the 90's", *The New York Times*, 22 Dezembro 1993, p.A13.

⁷ Franklin W. Knight, "The State of Sovereignty and the Sovereignty of States", em *Americas: New Interpretative Essays*, ed., (New York: Oxford University Press, 1992), p.11.

imediatamente, a fim de impor "respeito pelas leis internacionais, limitar violência internacional, encorajar a expansão de governos democráticos e a abertura de sistemas econômicos"; interesses vitais dos EUA como: acesso a matérias-primas, proliferação de armas atômicas e sistemas balísticos, perigos terroristas a cidadãos americanos e perigos de tráfico de narcóticos à sociedade americana são defendidos.⁸

Esse cenário prevê uma condição mundial em que uma grande dose de micromanejo dos negócios de outros países faz-se necessária. Como bem descreveu um comentarista, a função do presidente e da diplomacia americana é "ocupar-se de assuntos de outros países".⁹ Organizações internacionais auxiliam nessa função. O aumento das fun-

ções das Nações Unidas com um Centro de Controle para coordenar as missões de paz, inclusive em áreas até então consideradas fora da jurisdição das Nações Unidas, como a América Latina, está produzindo um órgão mais crescentemente intramedido do que aquele do período da Guerra Fria, ou, nas palavras do Mr. Boutros Boutros-Gali, "finalmente a ONU está fazendo aquilo

O novo rifle a ser adotado pelo Exército dos EUA para substituir os M-16 é três vezes mais mortal, tem um alcance duplo, as balas são granadas que têm o poder de obliterar árvores e rochas, e sem a possibilidade de errar o alvo, por ser guiado por um raio laser.

para que foi criada". A prevista expansão da OTAN assegura a estabilidade euro-

péia e o reavivamento da SEATO (Tratado de Organização do Sudeste da Ásia) tem por fim conter a China, caso esta não responda a uma política construtiva.¹⁰ Nesse cenário, uma das prioridades é promover o desarmamento mundial.

O desarmamento nuclear é o único tipo de desarmamento militar que tem relevância para os países nucleares, pois a nova geração de tecnologia militar que permite aos países industrializados, cobertos pela tecnologia dos EUA, obliterar oponentes sem nunca engajar as forças do inimigo, torna obsoletas estratégias e armamentos de exércitos convencionais, como a invasão do Panamá e a Guerra do Golfo Pérsico bem demonstraram. Essa superioridade tecnológica continua a ser desenvolvida com a nova geração de armas laser.

O novo rifle a ser adotado pelo Exército dos EUA para substituir os M-16 é três vezes mais mortal, tem um alcance duplo, as balas são granadas que têm o poder de obliterar árvores e rochas, e sem a possibilidade de errar o alvo, por ser guiado por um raio laser.

⁸ Patrick E. Tyler, "U.S.: Strategy Plan Calls for Insuring no Rivals Develop", *The New York Times*, 8 Março 1992, pp. 1, 14.

⁹ Thomas L. Friedman, "Friends Like Russia Make Diplomacy a Mess", *The New York Times*, 28 Março 1993, p. E5; Friedman, "Diplomacy is Minding Other Nations Business", *The New York Times*, 30 Janeiro 1994, E5.

¹⁰ Paul Lewis, U.N. is Developing Control Center to Coordinate Growing Peacekeeping Role, *The New York Times*, 28 Março 1993, p. 10 y; Ronald D. Asmus, Richard L. Kluger, e F. Stephen Larrabee, "Security for All Europe, in Seven Ticky Steps", *The New York Times*, 27 Agosto 1993; Thomas L. Friedman, "Dust Off the SEATO Charter", 28 Junho 1995, p. A 13; ONU aprova intervenção no Haiti", *Jornal do Brasil*, 1 Agosto 1994, p.19; Boutros Boutros-Ghali, "Besieged Are the Peacekeepers", *The New York Times*, 30 Outubro 1994, p.E15.

O raio laser também será usado numa nova arma, o Laser Countermeasure System, que projeta um raio laser capaz de cegar um homem a 914 metros de distância e será usado contra sistemas eletro-óticos em tanques, armas telescópicas, binóculos, *snipers*, grupos de reconhecimento e outras forças terrestres inimigas que ataquem as forças americanas.¹¹ Mas, se a guerra convencional está se tornando obsoleta, o mesmo não acontece com a tecnologia nuclear.

Na prática, essa tecnologia é a única que dá a um país pequeno paridade com um país nuclear, o melhor exemplo sendo o da Coreia do Norte, país que se acredita possui a bomba atômica, de ideologia contrária à dos EUA, mas que é tratado com medidas conciliatórias

e promessas de ajuda econômica ao invés de ser invadido e obliterado. Nem o pedido de intervenção contra a Coreia do Norte feito pela Agência Internacional de Energia Atômica para poder inspecionar instalações nucleares levou os EUA a emitirem ultimatos ou embargos.¹² É a eliminação dessa habilidade de países outros que não os cinco reconhecidamente nucleares (Inglaterra, China, França, Rússia e EUA) de desenvolverem, produzirem e adquirirem armas atômicas que é a razão do esforço para o desarmamento mundial, o qual está sendo implementado de vários modos.

Um foi demonstrado, em abril de 1995, por ocasião da conferência para a extensão do Tratado de Não-Proliferação de Armas Atômicas, quando os países nucleares

pressionaram para uma extensão definitiva e incondicional, a qual foi aprovada, e deu o monopólio de armas atômicas aos cinco países nucleares. Mas houve oposição.¹³ O Oriente Médio, liderado pelo Egito, opôs-se à extensão definitiva, enquanto Israel não assinasse o Tratado. A Índia e o Paquistão, países não signatários do Tratado e que, supostamente, possuem armas nucleares, declararam-se contra. Somente a pressão intensa de Washington, ao cobrar favores de países não-nucleares, que se opunham à prorrogação definitiva, como México, Egito e Venezuela, permitiu a aprovação permanente do Tratado.¹⁴ Entre os muitos pontos de crítica, estão os de que a concessão dá aos países nucleares uma "carta branca" para permanecerem nucleares permanentemente sem incentivo para desarmamento; de que divide as nações em dois grupos (o dos que têm e o dos que não têm armas nucleares) e de que os países nucleares bloqueiam a transferência de tecnologia nuclear para fins pacíficos aos países não-nucleares. Independentemente da crítica individual de vários países, a pergunta essencial é se o

¹¹ Nolan Walters, "Army to replace M-16 With deadlier high-tech weapon", *Austin American-Statesman*, 29 Maio 1995, p. A26; "Blinding laser weapon under fire", *Austin American-Statesman*, Maio 1995.

¹² David E. Sanger, "Atomic Energy Agency Asks U.N. to Move Against North Koreans", *The New York Times*, 2 Abril 1993, International; Douglas Jehl, "North Korea Isn't Convinced it Should Stay in Nuclear Pact", *The New York Times*, 5 Junho 1993, p. Y3.

¹³ Barbara Crossette, "Discord on Renewing Pact on Spread of Nuclear Arms", *The New York Times*, 17 Abril 1995, p. A1, A4.

¹⁴ Barbara Crossette, "Egypt Against Indefinite Extension of Pact on Spread of Atom Arms", *The New York Times*, 21 Abril 1995, p. A6; Crossette, "Arab Dissent Over Israel Delays Decision on Nuclear Treaty", *The New York Times*, 11 Maio 1995, p. A7; Sanjoy Hazarika, "India Assails Pact to Curb Atomic Arms", *The New York Times*, 16 Maio 1995, p. A4; Barbara Crossette, "Treaty Aimed Halting Spread of Nuclear Weapons Extended", *The New York Times*, 12 Maio 1995.

mente, leva à posse de armas atômicas. Assim, uma classe de nações fica desarmada militarmente, por ser proibida de desenvolver armas nucleares para qualquer dos fins e, conseqüentemente, não goza de soberania perfeita.

Por outro lado, assim que a prorrogação definitiva do Tratado foi aprovada, os países nucleares, ao invés de começarem a tomar medidas para diminuir o arsenal atômico, anunciaram novos testes atômicos. Em 16 de maio de 1995, a China explodiu uma bomba atômica subterrânea. Em 16 de junho, a França anunciou planos para testes atômicos; em 17 de junho, o Pentágono anunciou que iria pedir o restabelecimento de testes atômicos subterrâneos e permissão para detonar bombas ainda mais poderosas.

Mais recentemente, as medidas para promover o desarmamento mundial estão começando a ser expandidas a armas convencionais. Por exemplo, quando foi anunciado recentemente que o Irã tinha contratado, com a Polônia, a compra de 100 tanques de desenho soviético, os EUA aplicaram tremenda pressão sobre a Polônia que, em menos de

24 horas, resultou no cancelamento da entrega dos tanques. A venda de *cluster bombs* por uma companhia americana à Turquia foi criticada, com o argumento de que a Turquia poderia fazer mal uso dessa tecnologia, dada a sua campanha contra os Curdos.¹⁹ Assim, países que têm indústria de armamentos podem ficar sujeitos a pressões destinadas a impedir a venda ou a entrega de armas.

Uma outra medida que limita a soberania nacional é a aplicação, em um país, de legislação pertinente a assuntos internos de outros países. A legislação mais importante passada nesse sentido é a decisão da Corte Suprema dos EUA de dar interpretação unilateral ao Tratado de Extradicação entre México e EUA, no sentido de dar, a esse país, o direito de raptar cidadãos mexicanos no México para serem julgados nos EUA, sob o argumento de que o Tratado não proíbe explicitamente o uso de rapto. A decisão foi baseada num

precedente de 1886, no qual um cidadão peruano foi raptado de seu país para enfrentar julgamento em Illinois. Na ocasião, o Peru não criticou a ação americana, mas na decisão recente, o governo do México protestou vigorosamente e denunciou a decisão como uma violação da soberania mexicana.²⁰

Esse ato da Corte praticamente anulou, unilateralmente, o Tratado de Extradicação e deu, aos EUA, o direito de violar clandestinamente território de outros países para cumprir leis e decisões judiciais aprovadas nos EUA. A decisão, que se aplica, também, a cidadãos de outros países declarados criminosos pelo sistema americano, foi imediatamente denunciada por muitos países, mas ainda está em vigor, com os EUA apenas prometendo ao México que "não haveria mais raptos de suspeitos do território mexicano", sem, todavia, qualquer promessa de que tal medida não será usada no futuro.

¹⁹ Raymond Bonner, "Iran Buying 100 Tanks From Poland", The New York Times, 11 Maio 1995, p.A3; "No Cluster Bombs for Turkey", The New York Times, 10 Janeiro 1995, p.A10.

²⁰ Linda Greenhouse, "High Court Backs Seizing Foreigner for Trial in U.S.", The New York Times, 11 Junho 1992, pp.A1, A12.

Além de ser unilateral, a decisão não admite reciprocidade, ou seja, a equivalência moral entre tais atos cometidos por autoridades americanas em outros países e semelhantes atos cometidos por outros países dentro dos EUA. De acordo com o Assistente Procurador Geral dos EUA, ao ser inquirido se tais atos não dariam também direito a países como Irã, Nicarágua e Panamá de cometerem atos semelhantes contra cidadãos americanos dentro dos EUA, sua resposta foi clara: "*Eu rejeito qualquer idéia de equivalência moral entre os EUA e países fora da lei!*" Mas esse ato não é único.²¹

Um outro projeto de lei, sob consideração no Congresso dos EUA, é o que propõe apertar ainda mais o embargo contra Cuba por meios tais, como a proibição da importação de certos produtos nos EUA de países que comerciam com Cuba, a proibição de subsidiárias

estrangeiras de companhias americanas de terem qualquer contato financeiro com Cuba, a proibição da entrada nos EUA de cidadãos estrangeiros que tenham negociado em Cuba em propriedades expropriadas de cidadãos americanos, e o direito de cidadãos americanos de reivindicar o retorno de propriedade abandonada ou confiscada, quando Fidel Castro tomou o poder em 1959, o que significa que, praticamente, tudo que foi construído desde então, ou prédios agora usados para outros fins, pode ser reivindicado. Essa proposta de legislação tem recebido fortes protestos do Canadá, México e outros países, como uma forma de legislar assuntos internos de outras nações, criar um segundo nível de boicote, não somente contra Cuba, e boicote contra países que têm comércio com Cuba.²²

Intromissão nos assuntos domésticos de outros países

ocorre em várias formas e, recentemente, avisos de alerta a certos países de como devem proceder em assuntos de soberania nacional estão se tornando comuns. A China foi avisada de que os EUA têm interesse em saber como a transição de Hong Kong, da Inglaterra para a China em 1997, vai ocorrer. O Cônsul Geral dos EUA em Hong Kong estipulou as condições sob as quais Hong Kong deve ser governada: "*continuação de autonomia, mercado livre, adesão firme à regra da lei, proteção de direitos humanos e desenvolvimento de instituições democráticas.*" O Ministério das Relações Exteriores da China imediatamente denunciou os comentários, os quais classificou como "*irresponsáveis*" e "*interferência em assuntos internos da China*".²³

Meios aparentemente pacíficos podem, em certas circunstâncias, ser também meios de interferência interna em outros países. As medidas que estão sendo aventadas em Washington para permitir maior comunicação entre os cidadãos dos EUA e os de Cuba, são destinadas, não a promover entendimento e relações pacíficas

²¹ Tim Golden, "Mexicans Mollified Over Drug Ruling", The New York Times, 18 Junho 1992; Neil A. Lewis, "2 U.S. Officials Clash at Hearing on Seizure of Fugitives Abroad", The New York Times, 9 Novembro 1992.

²² Clyde H. Farnsworth, "Congress Move on Cuba Irks Canada and Mexico", The New York Times, 23 Maio 1995, p. A3; Barbara Crossette, "Cuba Plans Big Rallies to Oppose a U.S. Bill", The New York Times, 16 Abril 1995, p. Y5.

²³ Edward A. Gargan, "China Warned on Freedoms in Hong Kong", The New York Times, 25 Maio 1995, p. A7.

entre os dois países, mas sim para solapar o regime cubano. Organizações de notícias, grupos de interesse e maior troca de idéias entre vários grupos, poderão operar em Cuba, mas com a finalidade de reportar abusos, entre outros. Enfim, um monitoramento de Cuba e um modo de forçar a mudança do regime.²⁴

Etnia é a mais recente força no esforço de mudar situações internas de outros países. Os afro-americanos estão se tornando uma força importante na política americana e advogando que afro-americanos dos EUA estabeleçam ligações comerciais com países africanos, como forma de desenvolver aquelas economias. Mas esse movimento tem também uma agenda política, que começou com uma campanha de isolamento político, social e econômico para pressionar a ditadura militar da Nigéria a restaurar a democracia. Esse movimento é recente e já foi usado para pressionar o go-

verno dos EUA a intervir no Haiti, com a greve de fome do líder da organização Trans-África, e está se expandindo para criar um movimento de solidariedade entre os afro-americanos e os descendentes de africanos nos países da América Latina. Piedad Córdoba de Castro, uma senadora colombiana de descendência africana, que recentemente visitou os EUA sob o patrocínio da Organização de Africanos das Américas, declarou que é difícil criar conscientização dos descendentes de africanos na América Latina, porque esses países "*não classificam seus cidadãos por raça*". Além da interferência nos assuntos internos de outros países, esse movimento redefine nacionalidade, ao inserir o fator étnico.²⁵

Uma outra forma de interferência nos assuntos internos de outros países é a expansão no exterior de agências que revigoram a lei e combatem o crime nos EUA, como o FBI, que no

momento está planejando uma academia de polícia em Budapeste. A exportação para outros países de agências americanas que combatem o crime, é defendida como uma necessidade para combater o terrorismo internacional, tráfico de narcóticos, imigração ilegal, fraude financeira, contrabando de armas, lavagem de moeda, possível roubo e venda de materiais nucleares ou substâncias biológicas perigosas.

A maior parte desses crimes são os mais importantes na agenda americana, porque estão afligindo aquela sociedade, mas note-se que, com a expansão das forças policiais no exterior, a guerra contra o crime nos EUA está ocorrendo em solo estrangeiro e em países cujos problemas criminais sejam até de natureza diferente. Essa cooperação entre forças nacionais e agências americanas, bem-vinda de uma certa forma, tem também um outro efeito, o de estender uma malha de supervisão e coleção de informação no país estrangeiro, que pode ser usada para exercer pressão, caso o país em questão não se posicione no nível desejado por essas agências.

²⁴ Steven Greenhouse, "To Undermine Castro, U.S. Is Planning Wider Links With Cubans", The New York Times, 12 Junho 1995, p.A6.

²⁵ Steven Greenhouse, "U.S. Blacks Urged to Aid African Lands", The New York Times, 10 Maio 1995, p.A3; Karen de Witt, "In a First African-Americans Open Campaign Against a Black Government", The New York Times, 17 Março 1995, p.A4; Karen de Witt, "Black Unit Finds Voice in Colombia", The New York Times, 18 Abril 1995, p.A4.

Um dos melhores exemplos é o que se passa na Colômbia, país na mira dos EUA na questão de tráfico de drogas e sobre o qual essa supervisão está sendo exercida. Em 1^a de março de 1995, o governo do Presidente Clinton criticou severamente o governo da Colômbia como o "principal centro mundial de cocaína" e de não estar tomando medidas suficientes para eliminar o tráfico de drogas. Mas, ao mesmo tempo, invocou "interesses nacionais vitais" para não cortar ajuda econômica e vetar empréstimos do Banco Mundial à Colômbia, acreditando que a cooperação é o melhor modo de pressionar a Colômbia a combater o tráfico. Não obstante, dois meses mais tarde, jornais publicaram que membros do governo americano, há muito tempo suspeitam que o Presidente da Colômbia, Ernesto Samper, está envolvido em drogas, chegando ao ponto de acautelarem Samper que eles suspeitam que sua campanha estava sendo financiada por fontes envolvidas com drogas. A decisão dos EUA de não considerar a Colômbia como um país que combate drogas foi um

choque para o corpo político e o Presidente Samper que, desde então, sob forte pressão dos EUA, tem tomado medidas acertadas contra o tráfico de drogas. O mínimo que se pode deduzir é que o Presidente da Colômbia não tem realmente o poder discricionário, que é parte do cargo de presidente, no que se refere à luta contra drogas. Ao contrário, se não agir de forma aceitável, pode ser acusado de proteger traficantes de drogas.

O México, recentemente, também já se curvou à pressão dos EUA no combate ao tráfico de drogas e foi levado a alterar significativamente a função das Forças Armadas mexicanas que, pela primeira vez, vão ser usadas na luta contra drogas, mas num país onde as relações entre os militares e os policiais, e entre ambos e o público são extremamente tensas.²⁶

²⁶ Steven Greenhouse, "U.S. Says Colombia Refuses To Cooperate in Drug War", *The New York Times*, 2 Março 1995, p.AY; "Colombian president may be linked to drugs", *Austin American-Statesman*, 28 Abril 1995, p.A12; Tim Golden, "Mexico Plans Bigger Role For Military Against Drugs", *The New York Times*, 23 Maio 1995, p.A3.

Uma outra área que está se tornando objeto de grande escrutínio pelos países industrializados é a da economia mundial, devido à necessidade absoluta desses países de encontrarem novos mercados para exportação. Mas a realidade é que esses novos mercados não mais existem nos países industrializados. De acordo com estimativas do Fundo Monetário Internacional, a economia dos EUA estava prevista para crescer somente 3% em 1994, nível baixo para manter crescimento no número de empregos e baixar o déficit em exportações. A recessão da economia européia e do Japão não permite aumentar exportações; a proteção de mercados está fora de cogitação e a única solução é uma reforma no sistema de *trade* mundial, baseada na redução de tarifas e barreiras comerciais e abrir novos mercados. As áreas do globo mais promissoras para abrir novos mercados estão na Ásia e na América Latina, áreas que, pela primeira vez, "irão crescer mais rápido do que os países industrializados na próxima década" e que muitos acreditam, irão ul-

trapassar o Japão como consumidores de produtos americanos.²⁷

Essa visão é reforçada pelo novo sistema de avaliar economias, pelo qual a produção nacional é calculada pelos produtos e serviços que a moeda nacional pode adquirir em relação à de outros países, ao invés do antigo que avaliava a produção nacional em dólares e de acordo com a taxa de câmbio. Nesse novo método, a China sobe para o terceiro lugar, atrás dos EUA e Japão, ao invés de décimo, atrás do Brasil (que continua em nono lugar). Essa é a razão pela qual os países industrializados estão lutando para ganhar entrada no mercado Chinês.²⁸ Essa luta para ter acesso a mercados está evoluindo no sentido de criar áreas de "free trade" nessas regiões mais promissoras para criar mercados, principalmente para os EUA.

Nas Américas, o melhor exemplo é o NAFTA (*North Atlantic Free Trade Zone*) entre EUA, Canadá e México. O NAFTA é a expressão culminante da política econômica de neoliberalismo baseada em lucros, competição, eliminação de tarifas e de outras restrições a "free trade". Abre os mercados e a economia do México à economia e investimento dos países do Norte para os

O NAFTA não é uma associação entre iguais, mas sim entre a economia mais desenvolvida e tecnologicamente adiantada na História da Civilização e a economia de um país subdesenvolvido. É baseada em desigualdades e, por isso, aberta à exploração.

quais significa mais empregos em indústrias de automóveis, telecomunicações, abertura de mercados para equipamento petroquímico,

produtores de milho, investimentos para seguro, proteção contra roubos de programas eletrônicos e afeta muitas outras áreas. As vantagens e as conseqüências para a indústria e os lavradores mexicanos não estão ainda bem claras. Mas o NAFTA não é uma associação entre iguais, mas sim entre a economia mais desenvolvida e tecnologicamente adiantada na História da Civilização e a economia de um país subdesenvolvido. É baseada em desigualdades e, por isso, aberta à exploração.²⁹

O NAFTA é um Acordo, não um Tratado, e o processo de discussão para aprovação no México e nos EUA foi diferente. No México, foi decidido pelo Presidente Carlos Salinas e ratificado, praticamente sem discussão, pelo Congresso, mas com membros da oposição clamando contra "a entrega do país a poderes estrangeiros". Nos EUA, defensores compararam o acordo com a criação da OTAN e a compra dos territórios da Louisiana e do Alasca. No Canadá, a derrota do Partido Conservador, em 1993, foi parcialmente

²⁷ Steven Greenhouse, "Surging Growth in Third World Gives an Economic Lift to U.S.", *The New York Times*, 18 Agosto 1993; Andrew Pollack, "U.S. is Shifting Trade Emphasis Away from Japan", *The New York Times*, 4 Novembro 1994, p.1 Business Day.

²⁸ Steven Greenhouse, "New Tally of World's Economics Catapults China into Third Place", *The New York Times*, 20 Maio 1993, pp.A1, A6y.

²⁹ Rod Grubb, "Neo-Classical Economics and Third World Development: The North American Free Trade Act", trabalho apresentado na Southwestern Political Science Association, Março 17-20, 1993, New Orleans, Louisiana, U.S.A.

creditada ao suporte dado ao NAFTA.

Mas o NAFTA é muito mais do que o tradicional acordo de comércio de épocas passadas. Em parte, foi usado por grupos de interesses especiais dos EUA que exerceram grande pressão para que os conceitos e benefícios de leis sociais americanas fossem estendidos ao México, em troca do suporte político para aprovação do Acordo. Em acordos denominados "*Parallel Track Agreements*", assinados entre as partes contratantes mas fora das negociações centrais, Áreas de tratamento especial, como poluição, qualidade do ar e da água, igual oportunidade para a mulher na força de trabalho, com grupos de observadores para forçar o cumprimento das leis, foram incorporadas no Acordo.

Ainda mais importante foi a pressão exercida no México para garantir o conceito americano de direito de propriedade (que é inalienável, sobre o do país, que impede o confisco), país que tradicionalmente confere à propriedade uma função social. Durante a Revolução Mexicana de 1911, o governo confiscou propriedades para distribuir aos campe-

sinos e, durante a crise financeira dos anos 80, nacionalizou os bancos. Ainda mais, o NAFTA requer que o México adote o estilo americano de sistema legal para proteger direitos intelectuais. O Congresso dos EUA é o órgão que interpreta a letra do Acordo.³⁰

É esse o modelo que muitos pensam estender a toda a América Latina. Para muitos, o NAFTA é apenas o início da integração econômica das Américas, com a possibilidade da inclusão do Chile num futuro próximo. O objetivo é a criação de uma "*Free Trade Zone*" no Hemisfério Ocidental em dez ou quinze anos, plano que foi discutido na Conferência de Miami, em dezembro de 1994, entre o Presidente Clinton e os presidentes das nações latino-americanas. Essa idéia de uma "*Free Trade Zone*" para as Américas não é idéia nova. O antecessor do Presidente Clinton, Presidente George Bush, já tinha proposto a

criação da "*Interprise for the Americas Initiative*" baseada numa "*associação hemisférica*", ancorada em "*free trade*", idéia que já existia no século 19.

No Tratado Comercial entre o México e os EUA, em 1883 (que nunca foi ratificado), um comentador, privadamente, expressou a idéia de que considerava "*México e EUA partes inte-grais dum mesmo sistema comercial. E que era um passo para estabelecer entre os dois países as mesmas condições que existiam entre os vários estados da União Americana.*" Em realidade, o Tratado era parte de um movimento no Congresso para estabelecer o que um advogado chamou de "*Zollverein Americana, uma união alfandegária abraçando as Américas*". A entrada do Chile no NAFTA, país pequeno e de economia modesta, não será uma surpresa.³¹

Mas existe uma visão muito mais abrangente do

³⁰ David E. Rosenbaum, "Pact is a symbol of America's direction", *Austin American-Statesman*, 14 Novembro 1993, p.A8; Jonathan Schliefer, "History Counsels 'No' on Nafta...", *The New York Times*, 14 Novembro 1993, p.F11.

³¹ Steven Greenhouse, "U.S. Plans Expanded Trade Zone", *The New York Times*, 4 Fevereiro 1994; David E. Sanger, "Hemisphere Trade Talks: U.S.-Mexican Trade, 1825-1184: 'Hoc opus, hic labor est'", em *Hispanic American Historical Review*, 71:4 (Novembro 1991), p.723.

que meramente a assinatura de um acordo comercial nessa chamada "associação hemisférica" por parte dos EUA, que data dos anos 80, quando o desejo de expansão econômica na América Latina tornou-se evidente, com propostas do Secretário de Estado James G. Blaines para uma união tarifária e a construção de uma estrada de ferro Pan-Americana, semelhantes aos projetos imperialistas das Estradas de Ferro Berlim-Bagdá e Cairo-Cape Town.

Assim, o NAFTA é muito mais do que um acordo comercial. É, sobretudo, o instrumento que avaliza se os EUA vão expandir ou não a sua influência política e econômica sobre a América Latina. Como definiu um autor, David E. Rosenbaum "o NAFTA é um símbolo". Michele Kay vê, no NAFTA, um modo de encorajar reformas no México e um "desejo de forçar o México a vir a ser mais como os EUA na

sua política econômica de meio-ambiente e social". O Vice-Presidente Gore vai mais adiante e vê "uma comunidade de democracias no Hemisfério Ocidental" "integrada por comércio e valores políticos comuns".³² E novos valores continuam a ser adicionados a esse conceito de soberania com uma visão universal. Direitos humanos são agora considerados pelos países do ocidente como direitos universais que sobrepujam tradições religiosas e culturais das outras regiões do globo. O Secretário de Estado dos EUA declarou recentemente que a "universalidade de direitos humanos estabelece um padrão geral de comportamento aceitável em todo o mundo, padrão que Washington aplicará a todos os países", e que direitos humanos são um dos focos da política exterior dos EUA.³³

O estudo publicado, em 1993, pelo *Inter-American Dialogue*, com o título

"*Convergence and Community: The Americas in 1993*", exemplifica essa fusão de política, economia e valores.

No Capítulo I, descreve a integração econômica do Hemisfério através de acordos internacionais, como idéia vitoriosa que servirá para acelerar a integração global da economia. Reconhece que "a intenção de todo acordo internacional é, precisamente, limitar a escolha soberana das nações contrastantes a fim de obterem benefícios mútuos", e admite que, para uma comunidade hemisférica sobreviver, tem que ser "fundada em valores comuns", tais como direitos de trabalhadores e o meio-ambiente, ter acesso à assistência técnica para desenvolver legislação e regulamentos nessas áreas.³⁴

No Capítulo II, com o título "*The Collective Defense of Democracy*", o estudo descreve como esse sistema de integração reconhece a Democracia como a única forma de governo e exercício de poder político, para cuja existência e continuação a comunidade interamericana deveria ter o poder de agir coletivamente, poder que, por sinal, já tem nas Resoluções de Santiago, de 1991, que foram depois

³² Tullio Halgerin Donghi, "The Contemporary History of Latin America", ed. and trans. by John Charles Chasteen (Durham: Duke University Press, 1993), p.161; Rosenbaum, "Fact is a symbol"; Michele Kay, "Accord ventures into new territory", *Austin American-Statesman*, 14 Novembro 1993, pp.F1, F8; David Lauter, "Gore, Fact can help create community of democracies", *Austin American-Statesman*, 2 Dezembro 1993, p.A2.

³³ Elaine Sciolino, "At Vienna Talks, U.S. Insists Rights Must Be Universal", *The New York Times*, 15 Junho 1993, pp.A1, A6.

³⁴ "Convergence and Community: The Americas in 1993", A Report of the Inter-American Dialogue, The Aspen Institute, Washington, D.C. 1992, Chp.I, pp.1-19.

adotadas pela Organização dos Estados Americanos. Para alcançar esse fim, a *influência das Forças Armadas dos países latino-americanos deve ser diminuída. A OEA e as Organizações Não-Governamentais devem supervisionar as Forças Armadas quanto à missão, tamanho, custos e armas. Governos devem ser pressionados a aceitarem observadores internacionais, caso eleições se achem ameaçadas de fraude, e instituições internacionais financeiras devem monitorar orçamentos militares, e a assistência militar deve ser aquela que fortaleça a autoridade civil.*³⁵

Mas o trecho relevante do Capítulo II é o que se refere a medidas recomendadas no caso de queda de sistema democrático. A medida básica é a intervenção multilateral coletiva para restaurar a democracia, a qual se desenvolve em várias fases: a inicial é o isolamento político e diplomático em todos os níveis; a segunda é o isolamento econômico, com embargo

completo de todo o comércio e suspensão de todos os laços econômicos e financeiros; e a terceira é o embargo de suprimentos militares e, finalmente, intervenção multilateral contra o governo. Esse plano reconhece que intervenção multilateral ou unilateral é um dos assuntos mais contenciosos na América Latina e, por isso, recomenda que o tópico não seja discutido no momento, e que aguarde ocasião oportuna no futuro. Mas muitos autores concordam que o ponto político central da Aliança Interamericana será a "defesa coletiva de democracia".

Essa defesa coletiva, por outro lado, automaticamente requer medidas intrusivas na soberania nacional e coloca os países latino-americanos em situações de conflito, toda vez que um dos membros mudar a forma de governo, principalmente se for governo militar, uma vez que a política externa dos EUA, além de ser guiada por ideologia e interesses geopolíticos que, automaticamente, demonstra hostilida-

de por qualquer forma de governo que não se conforme com o seu modo de ver, logo começa a planejar a queda do governo infrator. As sanções impostas aos governos do Peru e Haiti, após mudança de regime, comprovam esse fato. E, mais recentemente, por ocasião da reação do General Pinochet à ordem de prisão contra antigos subalternos, já correm sugestões nos EUA de que a entrada do Chile no NAFTA depende da continuação do governo democrático.

Sanções não somente isolam o país, também solapam as instituições nacionais em qualquer relação entre estas e companhias estrangeiras operando no país sob embargo. Um exemplo foi a recusa de duas companhias americanas operando no Haiti, a Esso e a Texaco, de obedecer à ordem de um juiz da Corte Civil do Haiti para liberar gasolina para venda ao público, declarando que obedeciam ao embargo, procedimento que merece atenção das autoridades de qualquer país que entra em acordos internacionais e que é um retrocesso à situação de direitos extraterritoriais que existiam no século 19.³⁶ As-

³⁵ Ibid., Chp. II, pp. 21-29.

³⁶ Ibid., pp. 30-39; Mark Pecency, "The Inter-American System as a Liberal Pacific Union?" em *Latin American Research Review*, vol. 29, n. 3, 1994, pp. 192-93; James E. Garcia, "Chile's attempt to join NAFTA could hinge on democracy", *Austin American-Statesman*, 25 Junho 1995, p. E; Michael Norton, "Haitian judge tells distributors to release fuel; Shell refuses", *Austin American-Statesman*, 12 Novembro 1995, p. A8.

sim, diplomacia, comércio e valores são fatores que se complementam em acordos internacionais do país que, por ser supranacional, invoca soberania supranacional com uma "visão universal de democracia".

A falha em subscrever essa visão pode, em alguns casos, levar à retaliação econômica, isolamento diplomático e, se necessário, intervenção. Esse conceito de soberania supranacional, entretanto, entra em conflito com o conceito de soberania em outras regiões do globo, principalmente nos países da América Latina, cujo conceito de soberania é baseado no modelo do século 16, quando o pré-requisito de soberania era o "Estado independente, auto-suficiente e geograficamente definido".³⁷

Considerando essa discussão, como articular algumas características da nova ordem mundial que está se

delineando?

Uma das características, sem dúvida, é a aparição do Estado supranacional, que sobrepuja Estados nacionais, baseado na noção ideológica de que a expansão dos valores dos países industrializados da Europa e dos EUA para o resto do mundo é inevitável; parte do processo racional e mecânico de que o progresso, seja em tecnologia, seja em for-

As nações estão divididas em dois grupos, o dos países nucleares e o dos países não nucleares.

mas de governo, seja em valores sociais, é como uma força da natureza que não pode ser contida, enfim, é uma lei universal.

A hegemonia da Europa e dos EUA sobre o resto do mundo é vista como o estado mais desenvolvido da civilização, ou, na expressão de um pesquisador, como "o fim da História".

É um novo tipo de expansão, como a que ocorreu no

início do século 16, como a que ocorreu no século 19, com a partilha colonial da Ásia e da África, e está sendo tentada presentemente a nível supranacional das grandes potências que compartilham do mesmo interesse.³⁸ A aparição do Estado supranacional significa soberania limitada para outras nações em desenvolvimento, e de forma muito mais intrusiva do que nos meados do século 19.

Outra característica é o esforço dos países industrializados de manterem a hegemonia que, no momento, possuem em várias áreas. Na área militar, através do desarmamento nuclear e de armas de alta tecnologia, ao conter a expansão de armas nucleares e impedir que os países não-nu-

cleares recebam qualquer tecnologia para esse fim, e de pressões para desarmar qualquer país que chegue ao ponto de construir armas atômicas. Dessa forma, uma nação soberana não tem realmente a opção de possuir, desenvolver, ou adquirir armas das mais avançadas. Nessa área, qualquer que seja a designação que se queira dar a essa situação, o fato é que as nações estão

³⁷ Knight, "The State of Sovereignty", p.11.

³⁸ Michael Adas, "High Imperialism and the 'New' History", em *Islamic & European Expansion: The Forging of a Global Order*, Michael Adas ed., (Philadelphia: Temple University Press, 1993), pp.328-29; Janet L. Abu-Lughod, "Before European Hegemony, The World System A.D. 1250-1350", (New York: Oxford University Press, 1989), pp.368-70.

divididas em dois grupos, o dos países nucleares e o dos países não nucleares. Por outro lado, a tendência dos países industrializados será a de conter conflitos locais, a fim de não se expandirem em conflitos regionais que requeiram intervenção militar.

Ainda outra característica da nova ordem mundial é o micromanejo de assuntos internos de outros países através de legislação que se relata diretamente ao governo interno de nações soberanas, desde a disposição de propriedade nacional, à supervisão de assuntos internos e de membros do governo, dessa forma sujeitando o país a uma grande pressão para atingir os fins desejados por outros países.

Uma forma de governo paralelo também está se delineando, com a conexão internacional das Organizações Não-Governamentais com agendas próprias, que estão substituindo os laços diretos entre governos, tradicionalmente mantidos pela diplomacia. Um autor descreve esse fenômeno

como a "*privatização das relações internacionais*".³⁹

A expansão econômica e busca de novos mercados é a mais sutil de todas essas características da Nova Ordem, pois, inicialmente, apresenta-se simplesmente como uma abertura de mercados que beneficiará a ambos os lados. Mas, em realidade, está entrelaçada a uma visão universal de sistemas e valores. Assim, abraçar essa expansão sem a precaução necessária, é também abraçar um sistema de governo e valores. A arma principal para manter esse sistema é o embargo, através de sanções econômicas em suporte de objetivos de política exterior, arma usada na maioria dos casos pelos países europeus e os EUA contra outras nações.⁴⁰

Pode tal sistema, baseado num estado supranacional e na soberania limitada de outros, ser consolidado e tornar-se o modelo para o século 21? A resposta provável é: Não!

E, por que? Porque esse é um sistema que, longe de ser novo, é antigo, desenha-

do após o fim da Segunda Guerra Mundial, sob a liderança e hegemonia dos EUA, que criaram as Nações Unidas e selecionaram quais os países que se recuperariam industrialmente com o Plano Marshall. O sistema não foi criado para manter todos os países em nível de igualdade, mas, sim, para manter o controle dos assuntos mundiais nas mãos dos membros do Conselho de Segurança e impedir que catástrofes como as duas grandes guerras mundiais, que causaram um nível sem paralelo de destruição, não mais ocorram.

Mas o mundo atual, ao contrário daquele de 1945, é completamente diferente, com países que então não eram industrializados e que agora o são, com tecnologia desenvolvida, alguns auto-suficientes. Realisticamente, os países industrializados da Europa não podem experimentar, mais uma vez, destruição semelhante à das duas guerras mundiais sem correrem o risco de se reverterem ao nível de subdesenvolvimento. Economicamente, somente agora os países industrializados estão tentando atingir o nível de integração que existia no mundo no início da Primei-

³⁹ Gilbert W. Merkx, "Editor's Foreword", *Latin American Research Review*, vol.30, n.1, 1995, p.5.

⁴⁰ Gary Clyde Hufbauer e Jeffrey J. Schott, "Economic Sanctions in Support of Foreign Policy Goals", *Institute for International Economics* (Cambridge: Mit Press, 1983).

ra Guerra Mundial com seus impérios coloniais e entre si. Um autor caracterizou esse esforço para a integração econômica mundial como "simplesmente pôr o mundo de volta ao nível de integração que tinha sido atingido em 1914".⁴¹

Um outro problema de tentar a integração econômica do Hemisfério, da criação de outros mercados comuns e a globalização do capital, é a implementação de política econômica neoliberal num mundo que não é "uniformemente capitalista", pois além da queda do sistema econômico socialista ser muito recente, o sistema capitalista somente funciona realmente, como deve, nos países industrializados. E a teoria de mercado livre usada em defesa de capitalismo é uma teoria dogmática que, aplicada sem adaptações em outras condições, produz distorções e comoções políticas e sociais, como está sendo ameaçado o México e tem-se observado na Venezuela. E o quadro de

um país socialista como a China, abrindo sua economia que está em crescimento e estar sendo avidamente cortejado pelos países capitalistas é um dos paradoxos que os teóricos de capitalismo estão sem meios de explicar. O que não pode ser respondido com certeza é se esse sistema econômico, que funcionou bem para alguns países, pode ser estendido a todo o mundo com o mesmo resultado.⁴²

Igualmente problemático é o fator de nacionalismo nesse modelo de supranacionalismo. Estudiosos desse fenômeno já discernem uma realidade na qual essa mudança não se dará sem conflitos, pois a resistência a intromissões na soberania nacional já se faz ouvir, e as elites políticas dos Estados nacionais já estão opondo resistência contra a incorporação em estruturas supranacionais. No caso da América Latina, o nacionalismo, tradicionalmente, ressurgiu em resposta a qualquer pressão de dominação, indepen-

dentemente da "insuficiência política e econômica" dos diversos países. O fato de que a soberania dos países latino-americanos estava bem estabelecida por ocasião do começo da expansão dos EUA "complica qualquer projeto de expansão imperial na região".⁴³

Uma outra fonte de controvérsia é o da legitimidade do Conselho de Segurança da ONU, cujos membros não mais representam o poder político, econômico e militar que uma vez possuíam, nem o mundo, no fim do século 20. O poder do Conselho é imenso, é de vida ou de morte sobre as nações do globo, mas funciona numa estrutura arcaica e colonial, de superior e inferior. A discussão de como reformar o Conselho de Segurança é na direção de incluir a Alemanha e o Japão, o que praticamente poria os destinos do mundo nas mãos da maioria dos países coloniais do começo do século 20, mas que deixa áreas do globo, como a América Latina, Oriente Médio e Índia, sem representação.

As Nações Unidas, como estão organizadas, não estão à altura de funcionar no século 21. Sem reforma e sem o poder moderador de uma

⁴¹ Keith Bradsher, "Back to the Thrilling Trades of Yesteryear", *The New York Times*, 12 Março 1995, p.E5.

⁴² Abu-Lughod, pp.370-71.

⁴³ Anthony H. Richmond, "Ethnic Nationalism and Post-Industrialism", em *Nationalism*, John Hutchinson & Anthony D. Smith eds., (New York: Oxford University Press, 1994) p.297-98; Donghi, p.161.

outra força que sirva de balança ao *status* supranacional de seus cinco membros permanentes, poderá tornar-se uma arma de dominação mundial. A perda de sua legitimidade, como já está acontecendo em várias áreas, é um dos perigos para essa Nova Ordem Mundial.⁴⁴

Em conclusão, a Nova Ordem Mundial, a existência de um Estado supranacional e os esforços para limitar a soberania nacional de nações, a fim de expandir uma visão universal ca-

racterística de uma só região do globo, têm o potencial de criar situações regionais de grande volatilidade, pois o sistema de dependência a uma única superpotência é tremendamente instável, e *"qualquer choque global pode precipitar uma transformação radical"*.⁴⁵

A questão do momento é a de como as nações assinadas para gozarem de soberania limitada irão reagir a esse modelo e se estarão dispostas a redefinirem vários conceitos, dos quais, o mais importante é o de definição

da soberania nacional. E se o modelo de soberania nacional que tem prevalecido na América Latina, herdado de nosso passado histórico e cultural, o qual requer como pré-requisito de soberania nacional o Estado independente, auto-suficiente e geograficamente definido, poderá coexistir, ou sobreviver na Nova Ordem Mundial. Muito dependerá da visão e preparo das classes governantes, das prioridades selecionadas e do nível de nacionalismo e integração de todos os grupos da Nação. ●

⁴⁴ Craig R. Whitney, "Meddling in the Balkans: A Peril of the Ages", *The New York Times*, 11 Abril 1993, Seção 4, pp.1, 4; Paul Lewis, "U.S. to Push Germany and Japan for U.N. Council", *The New York Times*, 13 Junho 1993, p.Y7.

⁴⁵ Abu-Lughod, p.371.